

BILINGUISMO: UMA PROPOSTA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS

Janiele Pereira da Silva Santos¹; Patrícia Araújo de Sousa²
Orientadora Kátia Farias Antero³

¹ *Universidade Estadual da Paraíba (Campus III - Guarabira)*
E-mail: janielesantosP20@hotmail.com

² *Universidade Estadual da Paraíba (Campus III - Guarabira)*
E-mail: patriciaaraujodesousa@gmail.com

³ *Universidade Estadual da Paraíba (Campus I); Faculdade Maurício de Nassau (Campus – Campina Grande);
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Cultura e Diversidade – NUPEDI/IFPB –
CNPQ*
E-mail: professorakatiaantero@hotmail.com

Resumo: A educação para surdos é uma temática inquietante, pois envolve práticas pedagógicas para o desenvolvimento das crianças surdas no ambiente escolar. A questão do bilinguismo atribui o bilíngue para alunos com surdez, capaz de aprender duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o Português como a segunda língua, além de promover a inclusão no âmbito educacional. As ofertas educacionais estruturaram-se mediante o Decreto 5.626/05, regulamentando a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dessa maneira, os surdos tiveram direito a aprendizagem e a formação de turmas bilíngues no mesmo ambiente escolar. Faz-se necessário que o educador seja capacitado, conheça os avanços do educando surdo e entenda suas necessidades iniciais, para assim, desenvolver seu trabalho pedagógico e se necessário, redefinir o planejamento. Logo, o objetivo desse trabalho busca promover a inclusão na escolarização de alunos surdos por meio do bilinguismo. Quanto à metodologia, este estudo se relaciona a uma pesquisa bibliográfica, com o auxílio de teóricos que fundamentam o tema em questão. Foram efetuadas várias pesquisas, com o intuito de descrever os métodos de aprendizagem adquiridos na educação de alunos com surdez. É indispensável que os alunos surdos utilizem o bilinguismo com a contribuição da Língua de Sinais, associando a Língua Portuguesa e interligando com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O estudo revelou a importância de variadas metodologias específicas para garantir a compreensão do aluno surdo nos conteúdos propostos, tendo seguimento o Atendimento Educacional Especializado em Libras, o Ensino de Libras e da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Bilinguismo, Educação de Surdos, Língua de Sinais, Língua Portuguesa, Inclusão.

Introdução

A educação de surdos é um contexto que precisa ser sempre abordado, mediante sua importância no processo de inclusão, principalmente no âmbito escolar. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida oficialmente pela Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, na qual aborda que Libras é a língua de comunicação e expressão de pessoas surdas, a utilização desta língua no meio escolar garante a inclusão, através de práticas educacionais voltadas ao bilíngue de ensino e “a Língua Brasileira de sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002, p. 1). No entanto, na educação de alunos surdos, consideram-se duas línguas: a primeira sendo a Língua de Sinais (Libras) e a segunda sendo a Língua Portuguesa.

O Bilinguismo nos remete há duas línguas no campo educacional do surdo, ou seja, surdos vivenciam uma situação Bilíngue. No caso do Brasil, a Língua de Sinais atende a comunidade surda, substituindo a comunicação oral e o Português refere-se à língua oral da comunidade ouvinte, assumindo o papel da língua escrita.

Segundo Kubaski e Moraes (2009, p. 14), “o importante é a interação entre as duas línguas, para que a criança, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independentemente do espaço escolar no qual está inserida”.

Com isso, a língua de sinais gestual tem uma estrutura própria, especificamente da comunidade surda, que facilita a comunicação e o desenvolvimento cognitivo, obtendo acesso aos conhecimentos presente na sociedade. A língua portuguesa viabiliza o desenvolvimento da leitura e escrita, capaz de fortalecer o estudo das características e expressões linguísticas. A oferta bilíngue possibilita ao aluno surdo mais autonomia, permitindo melhor compreensão da língua de sinais, que é bastante diferente da língua oral e facilitando o aprendizado de português.

É de suma importância a capacitação dos educadores da educação dos surdos, no qual precisa adequar a metodologia dentro da sala de aula, concedendo ao indivíduo surdo o desenvolver de suas potencialidades e habilidades, com a finalidade de motivar esses alunos no incentivo da aprendizagem e que a surdez não impossibilite a busca por novos conhecimentos. Faz-se necessário que os professores façam uma autoavaliação acerca das práticas educacionais adotadas no ensino, pois permite uma melhor escolarização, sendo capaz de proporcionar domínio da leitura e escrita. O Bilinguismo atua na inserção dos alunos surdos no ambiente escolar, facilitando sua inclusão.

A atuação do aluno surdo em escolas regulares e no AEE

A educação escolar dos alunos com surdez remete a situações vivenciadas no cotidiano, relacionam-se tanto seus limites e suas possibilidades, quanto aos preconceitos encontrados e enfrentados perante a sociedade. Nesse sentido, Damázio (2007, p. 13) contribui enunciando que

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, lingüístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Diante desse cenário, é essencial a busca de solucionar os problemas relacionados pelas diferenças, para que haja coletividade entre os indivíduos em qualquer ambiente em que esteja, ou seja, dentro e/ou fora da escola. Com isso, é preciso mencionar a importância da socialização dos alunos surdos nas turmas regulares. Porém, muitas pessoas têm opiniões opostas em relação a essa inclusão, pelas “[...] formas de representação da surdez como incapacidade ou das propostas pedagógicas desenvolvidas tradicionalmente para atendê-las que não consideram a diversidade linguística [...]” (DRAMÁZIO, 2007, p. 14).

A inclusão do aluno surdo deve ocorrer no início da vida escolar, começando pela educação infantil, se expandindo nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, e até mesmo o ensino superior. Assim, tem-se uma garantia da utilização dos recursos necessários para que o sujeito com surdez mantenha o processo de aprendizagem significativa.

É primordial que os educadores conheçam e se aperfeiçoem a Língua de Sinais, porém, é preciso que tenham conhecimento que adotar essa língua, não garante a escolarização do aluno surdo. Desse modo, a integração dos alunos surdos requer ambientes educacionais que favoreçam sua participação e aprendizado nas salas de aulas regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para que possa desenvolver e explorar a capacidade dos alunos surdos, a escola regular deve se interligar com o AEE, sendo realizada a escolarização em turnos opostos e auxiliando no ensino de Libras e o ensino da Língua Portuguesa.

Promover a educação escolar inclusiva é sempre um desafio, contudo, considera-se que todos os cidadãos têm direito a educação, inclusive as pessoas surdas. Segundo Bueno

(2001, p. 41), “é preciso ultrapassar a visão que reduz os problemas de escolarização das pessoas com surdez”.

Orientações educacionais para os alunos com surdez

As tendências de educação escolar para alunos surdos relacionam-se à integração desses indivíduos nas salas de aula comum e/ou especial para surdos. Há três tendências educacionais que são: a oralista, a comunicação total e a abordagem mediante o bilinguismo.

As escolas comuns ou especiais relacionadas no oralismo desejam que o aluno com surdez consiga utilizar a língua da população ouvinte na categoria oral, apenas como alternativa linguística. Dessa maneira, será possível o usar a voz e a leitura labial. Em outras palavras, o objetivo principal dessa metodologia é desenvolver a fala do indivíduo surdo, pois era vista como primordial para ocorrer a comunicação e o completo desenvolvimento das crianças surdas. Conforme Streiechen (2012, p. 17), o oralismo não atingiu bons resultados, pois:

Como consequência das práticas oralistas, os surdos não aprenderam a falar. Conseguiram pronunciar apenas algumas palavras que eram repetidas de forma mecânica sem saber o que elas realmente significavam. Esse método resultou em milhões de surdos analfabetos [...].

A comunicação total estimula as características dos alunos surdos, usando todos os recursos possíveis para poder se comunicar, viabilizando as potencialidades dos convívios sociais, relacionando os termos cognitivos, linguísticos e afetivos desses alunos. Os resultados adquiridos desse tipo de tendência são discutíveis, pois, é preciso observar os indivíduos com surdez diante as adversidades enfrentadas no cotidiano.

Os termos que caracterizam a comunicação total são: a linguagem por meio de gestos visuais, os textos orais e os escritos, além das relações sociais. Esses termos não promovem resultados satisfatórios no desenvolvimento dos alunos surdos, e conseqüentemente, esses sujeitos continuam excluídos do contexto social devido a sua deficiência auditiva. Conforme Sá (1999 apud DAMÁZIO, 2007, p. 19), esta concepção “não dá o devido valor a Língua de Sinais, portanto, pode-se dizer que é uma outra feição do *oralismo*”.

Das duas tendências citadas acima, a oralista e a comunicação total, recusam a língua natural dos indivíduos surdos, desconsiderando a Língua de Sinais por favorecer a modalidade

oral. Deste modo, ocasionam desvantagens nos processos cognitivos, socioafetivos e linguísticos, afetando a aprendizagem dos alunos com surdez.

Por fim, a abordagem mediante o bilinguismo propõe a capacitação do aluno surdo por meio da utilização de duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua da comunidade ouvinte (Português), empregando-as na convivência escolar e/ou social.

É notório que há poucas discussões sobre essa temática e na realidade existe ausência de professores bilíngues, disciplinas e ambientes inapropriados a educação dos surdos. Outros fatores também merecem destaque: formação de professores com surdez num curto prazo, a existência do segundo professor de Língua Portuguesa para os alunos com surdez e a carência de estudos relacionados ao bilinguismo.

As propostas educacionais estabelecem-se desde o Decreto 5.626/05, que regulamenta a lei de Libras, de nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O citado Decreto pressupõe que instituições escolares formem turmas bilíngues, concebidas por alunos surdos e ouvintes, em que as duas línguas (Libras e Língua Portuguesa) prevaleçam unidas no mesmo ambiente escolar. Também determina que os alunos surdos aprendam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o Português como segunda língua na modalidade escrita. E conduz a orientação para a formação inicial e continuada dos educadores e da formação de intérpretes que traduzam e interpretam a Libras e a Língua Portuguesa.

Metodologia

Essa produção científica refere-se a uma pesquisa bibliográfica produzida por meio de estudos sobre a temática. Segundo Amaral (2007, p. 1), “a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho [...]”.

Foram realizadas diversas consultas, contando com as contribuições dos teóricos que explanam a educação de surdos, como Bueno (2001), Damázio (2007), Kubaski e Moraes (2009), Streiechen (2012), entre outros. Onde foram feitas as anotações e organizadas as informações, sendo assim, relatar os resultados obtidos e ainda viabilizar o levantamento das pesquisas referentes.

Resultados e Discussão

No ambiente escolar comum, os alunos surdos devem utilizar o bilinguismo, fazendo o uso da Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, juntamente com o Atendimento Educacional Especializado. Faz-se um destaque de três momentos didático-pedagógicos:

O primeiro é o momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, onde são atendidos em Libras todos os conteúdos curriculares expostos por esta língua, de preferência com o educador surdo e deve ser praticado todos os dias.

O segundo é o momento do Atendimento Educacional Especializado para o Ensino de Libras na escola comum, em que os alunos surdos têm aulas de Libras. É um trabalho pedagógico realizado por um educador e/ou instrutor de Libras surdo, aperfeiçoando termos específicos.

E o terceiro é o momento do Atendimento Educacional Especializado para o Ensino da Língua Portuguesa, na qual é trabalhada especificamente a Língua Portuguesa para os alunos com surdez. Assim como o primeiro momento, também é preciso ser realizado todos os dias, onde é feito nas aulas com a turma comum e, de preferência, com um professor graduado na referida área.

A elaboração do planejamento referente ao Atendimento Educacional Especializado é composta por professores que aplicam aulas em Libras, o professor de sala regular e o professor de Língua Portuguesa para pessoas surdas. Deve-se trabalhar coletivamente, iniciando com a definição dos conteúdos curriculares. Logo após, os professores precisam elaborar o plano de ensino em que os conteúdos estejam interligados.

Ao planejar as aulas em Libras, tem que se fazer um estudo dos termos específicos dos conteúdos antes de aplicá-los em sala de aula, pois viabiliza a ampliação e aprofundamento do vocabulário. Em seguida, todos os profissionais da educação escolhem e preparam os recursos didáticos para o Atendimento Educacional Especializado em Libras e em Língua Portuguesa.

Em suma, o Atendimento em Libras deve ocorrer em horário oposto ao das aulas de aulas regulares, onde os recursos didáticos são de imagens visuais como murais, painéis de gravuras, maquetes, fotos todos sobre os temas trabalhados nas aulas do ensino regular, entre outros. Dessa maneira, haverá dados dos conteúdos que estão sendo estudados e garantirá uma melhor contribuição para o aprendizado. Todo o planejamento é realizado pelos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, para que haja total assimilação dos conteúdos.

Os materiais e recursos para o Ensino de Libras são: muitas imagens visuais, caderno de registro de Língua de Sinais (com gravuras e desenhos representando a compressão sobre os conteúdos vistos em Libras).

Os educadores devem observar atentamente a socialização, interesse, habilidade, afetividade, cognitivo e o nível de conhecimento dos alunos surdos e desenvolver as aulas com especificidades da língua através das Libras, procurando sinais para os termos científicos.

Na Língua Portuguesa, o educador também precisa focalizar em recursos visuais para facilitar o entendimento dos elementos contidos nessa língua. É fundamental desenvolver exercícios e recursos diferenciados a serem trabalhados em diferentes contextos. Tais recursos podem ser: frases e interpretações de textos, glossário ilustrado, sempre respeitando a estrutura gramatical da Língua Portuguesa.

Todo procedimento educacional necessita iniciar desde a educação infantil, principalmente nos primeiros anos das séries iniciais, e assim, se prolongar até as séries mais avançadas. Uma iniciação tardia ocorrerá mais dificuldades no processo de aprendizagem.

Conclusões

Ao longo dessa pesquisa, fica perceptível que cada vez mais cresce o número de crianças surdas no ensino regular, e muitas vezes, os educadores não se encontram preparados para lidar com este público alvo. É um dos problemas relevantes que nos faz refletir, se os educadores não estão preparados, como as crianças surdas terão um bom desenvolvimento escolar? Diante disto, se faz juz a necessidade de educadores capacitados no domínio da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa, para proporcionarem o Atendimento Educacional Especializado.

É evidente que a Libras não pode ser tratado como apenas gestos de comunicação, mas sim, como língua de composição gramatical que expressa conceitos, sendo o elemento mediador entre o surdo e o meio social que está inserido. A utilização da Língua Portuguesa se dá para a comunicação escrita, o que nos remete a importância do Bilinguismo que atua na inclusão, autonomia e melhor compreensão dos conteúdos curriculares educacionais para alunos com surdez.

Todavia fica notória que a proposta bilíngue dá ao leitor surdo a opção de escolher entre as duas línguas em cada situação linguística, além de evidenciar que os alunos com surdez tem o direito a uma educação que atenda suas necessidades, estando previsto em lei.

Retratar a educação de alunos surdos é sempre um desafio, porém, a questão educacional voltada para surdos precisa de práticas pedagógicas educativas específicas

desenvolvidas para suas deficiências, mas levando em consideração suas habilidades e potencialidades.

Assim, é essencial a busca de novos meios para promover à inclusão em sociedade e a coletividade entre os todos os indivíduos, a fim de respeitar e possibilitar a vivência com a diversidade. Com isso, é primordial a preparação dos indivíduos surdos para o convívio com os ouvintes e para as contrariedades que venham ocorrer em sua vida cotidiana.

Referências

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscano/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BUENO, J. G. S. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Revista Integração. Brasília: MEC. nº 23, p. 37- 42, Ano 13, 2001.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC. 2007.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. **O Bilingüismo como Proposta Educacional para Crianças Surdas**. EDUCERE, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguismo.pdf> Acesso em: 15 de jul. 2018.

STREIECHEN, E. M. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**; ilustrado por Sérgio Streichen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.